

## A EXCESSIVA BUROCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DO CONTO “UM CAPRICHOS” DE ARTUR AZEVEDO

Gustavo N. Maciel<sup>1</sup>

Suellem Urnauer<sup>2</sup>

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a morosidade do Sistema Judiciário brasileiro e, através de tal reflexão, questionar como seria possível minimizar os efeitos de insegurança jurídica que tal morosidade tem causado na sociedade brasileira. Para a presente pesquisa, foi utilizado o método de revisão bibliográfica bem como análise de dados fornecidos pelo relatório “Justiça em números”, elaborado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Ademais, o estudo visa analisar a burocratização do acesso à justiça em âmbito nacional, tendo a partir da obra literária “Um Capricho”, do romancista Artur Azevedo, fazendo uso dos percursos metodológicos que englobam os estudos em Direito e Literatura. A demora do atendimento e suas elevadas taxas de burocracia correspondem à realidade brasileira. Com efeito, o sistema já é visto como moroso e desigual por mais da metade do país, denotando que o problema não só existe, como, há muito, persiste. Visando entender a analogia com o tema proposto, cabe antes citar os pontos cruciais de semelhança. Para o estudo, compete saber que o personagem da obra, Epidauro Pamplona é apaixonado por Zulmira, fazendo todos seus desejos, inclusive atender um capricho da moça por sua mão, o que acaba por matá-lo. Em cima de uma analogia, é possível enxergar na personagem Zulmira, todo o sistema judiciário, principalmente no que tange a sua característica de ser *caprichosa*. Falando do sistema, não obstante ouve-se falar sobre a burocracia de acesso aos tribunais, isso para não falar sobre as diferenças de classe e educação envolvidos nesse complexo problema. Apesar do acesso à justiça ser um direito garantido pela Constituição de 1988, como já afirmado por diversos e renomados juristas, essa garantia é constrangida ao leve toque de uma realidade fática. O ideal da justiça lenta e burocrática já se instaurou de tal modo a se assemelhar de senso comum, apesar de entendimentos importantes, como a aceitação desse problema, e até mesmo algumas iniciativas do próprio CNJ, a verdade ainda é a amarga certeza que muitas pessoas deixam de buscar acessar o Poder Judiciário, descrentes em sua celeridade e efetiva capacidade de atendimento. Para explicitar têm-se o estudo “Estudo do Judiciário Brasileiro” realizado pela FGV, datado de dezembro de 2019, que traz à tona, de modo numérico, o tamanho do estrago, quando cita que, 64% da população vê como um entrave a excessiva burocracia das tribunas. Por fim, na conjectura aqui estabelecida, os numerosos pequenos caprichos do sistema, se tornam verdadeiros empecilhos de acesso à direitos já conquistados. Ampliando-se o horizonte, visando uma solução, temas já exaustivamente explicitados voltam à cena, como o advento de projetos de educação tanto geral, quanto jurídica, para a população entender, e também usar, o sistema a seu favor, e, ainda, a precisão de um raciocínio acerca de mudanças organizacionais que tenham por finalidade a apreciação da celeridade processual, de modo

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 2º período de Direito da UNIFAAHF e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura vinculado à UniFAAHF. [gm260602@gmail.com](mailto:gm260602@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Direito – UMINHO/Pt. Mestre em Direito – UniFG. Docente da UniFAAHF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito e Literatura vinculado à UniFAAHF. Advogada. [profsuellen.urnauer@gmail.com](mailto:profsuellen.urnauer@gmail.com)

que a esperança, para além da mudança, seja a de não ter como fim, o fim de Pamplona, que de tanto buscar, morreu sem ver sua vontade sendo feita.

**Palavras-chave:** Burocratização – Justiça – Direito - Literatura

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Artur. Contos Possíveis. Nova Edição. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908.

CAPPELLETTI, Mauro, e GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988.

Democratizando o acesso à justiça / Conselho Nacional de Justiça, Flávia Moreira Guimarães Pessoa, organizadora – Brasília: CNJ, 2020

RODAS, Sérgio. “Lentidão e burocracia desmotivam pessoas a irem à Justiça, diz estudo.” Revista Consultor Jurídico, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-06/lentidao-burocracia-desmotivam-pessoas-recorrer-justica>. Acesso em: 27 jul. 2022

TRINDADE, A. K.; BERNSTIS, L. G. O estudo do "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225–257, 2017. DOI: 10.21119/anamps.31.225-257. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/326>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALEIXO MONTEIRO, Eduardo. DIREITO E LITERATURA NO BRASIL. Revista de Direito, Arte e Literatura, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 60-82, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/6591>. Acesso em: 10 ago. 2022.